



21 de Agosto de 2023

## Cabo Ligado Mensal: Julho de 2023

[Cabo Ligado](#) é um observatório de conflitos em Moçambique lançado pela ACLED, Zitamar News e MediaFax.

### ESTATÍSTICAS VITAIS

- ACLED registou 14 eventos de violência política em Cabo Delgado em Julho, que resultaram em pelo menos 28 fatalidades
- Os eventos de violência política concentraram-se no distrito de Macomia, onde ACLED registou nove eventos
- Outros eventos tiveram lugar nos distritos de Mocimboa da Praia, Nangade e Mueda

### TENDÊNCIAS VITAIS

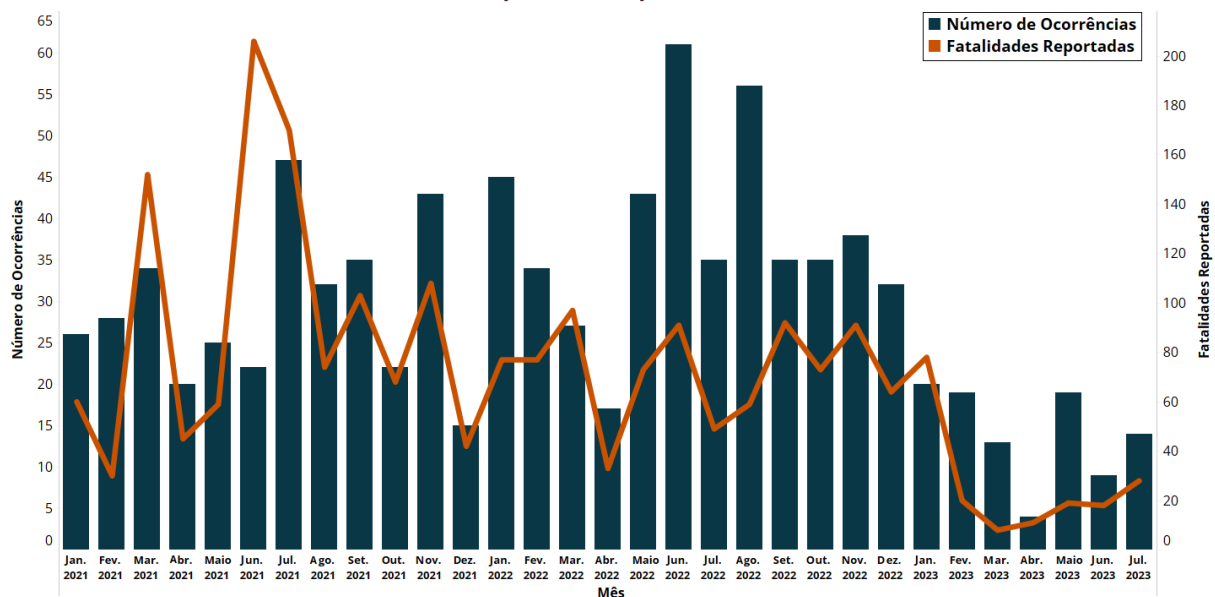
- Aumenta o nível de violência política
- Ataques insurgentes continuam no distrito de Macomia
- Mandato da SAMIM prorrogado por 12 meses

### NESTE RELATÓRIO

- Lista de terroristas e organizações terroristas designadas de Moçambique
- Um olhar sobre o decreto que rege as Forças Locais
- A violência contínua impede as pessoas deslocadas de regressarem a casa
- Compreender as relações actuais entre Moçambique e a Rússia

### Violência Política e Fatalidades Reportadas em Cabo Delgado

1 Janeiro 2021 - 31 Julho 2023



## RESUMO DA SITUAÇÃO DE JULHO

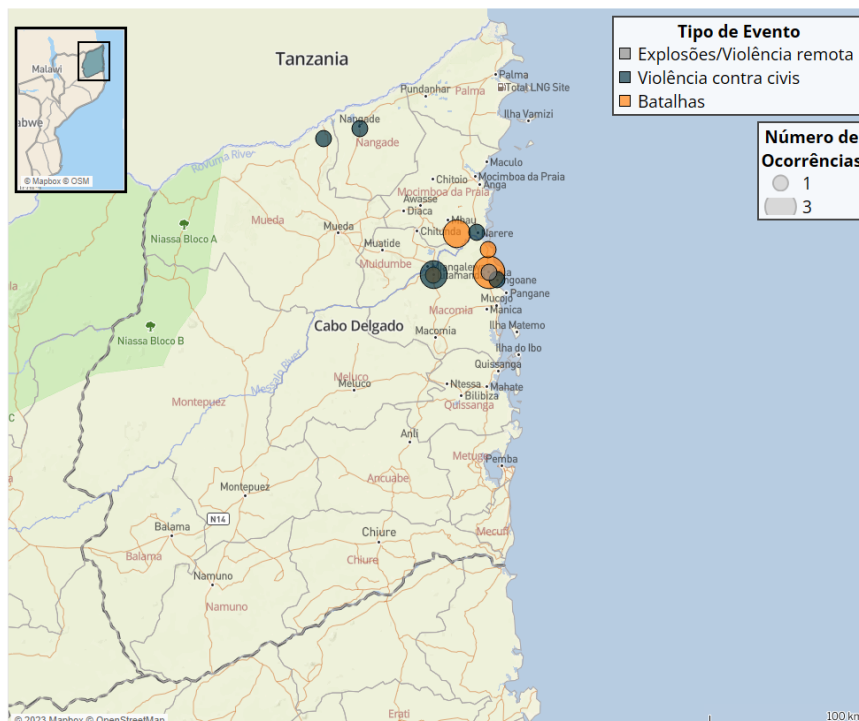
O nível de violência política na província de Cabo Delgado registou um aumento notável em Julho, com um aumento tanto de eventos como de fatalidades em comparação com Junho, e mais fatalidades do que em Maio. Os insurgentes atacaram as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) várias vezes durante o mês. A 10 de Julho, um posto avançado em Quiterajo, no distrito de Macomia, foi atacado. Segundo relatos do Estado Islâmico (EI), três soldados foram mortos e foram apreendidas armas e munições no posto avançado. No dia 18 de Julho, [um engenho explosivo à beira da estrada](#) danificou um veículo blindado de transporte de pessoal das FADM na zona de Cobre/Ilala, no distrito de Macomia. O EI reivindicou uma fatalidade, enquanto fontes locais relataram até seis. O engenho explosivo foi detonado por controle remoto, indicando maior sofisticação em comparação com os dispositivos de placas de pressão que os insurgentes usaram no passado. Os dois ataques seguiram-se [a confrontos na área](#) em 30 de Junho e 1 de Julho, e ocorreram apesar das FADM e da Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em Moçambique (SAMIM) terem intensificado as patrulhas na área.

Em Julho, registaram-se seis incidentes contra civis na província. A 1 de Julho, os insurgentes mataram uma mulher em Calugo, no distrito de Mocímboa da Praia. Por volta do dia 17 de Julho, [duas pessoas foram mortas](#) pelo grupo perto de Litamanda, no norte do distrito de Macomia. Houve também dois incidentes registrados envolvendo forças de segurança. No dia 24 de Julho, um membro das forças moçambicanas alegadamente violou uma mulher na vila sede de Nangade, tendo sido posteriormente detido pela polícia. Houve também vários relatos de que, no dia 15 de Julho, tropas do contingente sul-africano da SAMIM dispararam e feriram um homem em Ingoane, em Macomia. SAMIM [negou](#) as acusações.

A 11 de Julho, a SADC [anunciou](#) que a missão da SAMIM continuaria por 12 meses a partir de 15 de Julho de 2023. De acordo com um [relatório interno](#), o número de tropas deverá ser reduzido a partir de Dezembro de 2023, e a missão concluída até Julho de 2024.

### Violência Política em Cabo Delgado

Julho 2023



# LISTA DE TERRORISTAS E ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS DESIGNADOS DE MOÇAMBIQUE

*Por Peter Bofin, Cabo Ligado*

A 12 de Julho de 2023, o Boletim da República, Diário do Governo de Moçambique, publicou um despacho da Procuradoria-Geral da República [apresentando](#) uma lista de 43 pessoas designadas como “terroristas” e outra de três organizações designadas. As designações foram feitas ao abrigo [da Lei n.º 13/2022 de Moçambique](#), que regula “a prevenção, repressão e combate ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição maciça”. A lista de indivíduos continha dois, Bonomade Machude Omar e Abu Yasir Hassan, que permanecem livres, e 41 outros que foram julgados, considerados culpados e condenados. Tanto Bonomade Machude Omar como Abu Yasir Hassan foram designados como “terroristas” pelos [Estados Unidos](#), e pela [União Europeia](#). As listas destacam aspectos do quadro de contraterrorismo de Moçambique, incluindo o ritmo das mudanças legislativas, a forma como os menores são tratados e a importância ou não das designações de “terroristas”. São também uma fonte de dados limitados sobre as pessoas envolvidas no conflito nos seus primórdios.

A primeira questão que o documento destaca é a mudança que o quadro legislativo sofreu desde o início do conflito. Sem legislação específica sobre terrorismo em vigor, os primeiros julgamentos do país foram realizados ao abrigo das disposições do código penal. O primeiro julgamento deste tipo realizado em 2018, o Processo n.º 32/2018, teve, segundo o [Departamento de Estado dos EUA](#), mais de 189 arguidos, e foi realizado num tribunal improvisado e sem acesso aos meios de comunicação social. A primeira peça legislativa de combate ao terrorismo de Moçambique, a Lei n.º 5/2018, foi aprovada em Agosto de 2018. Esta foi substituída apenas quatro anos mais tarde pela Lei n.º 13/2022. Esta lei aumentou consideravelmente as penas e introduziu o processo para a designação de “terroristas” e “organizações terroristas”.

Vinte dos listados no mês passado como “terroristas” foram condenados no julgamento colectivo em 2018, Processo n.º 32/2018. Dos outros 21, 12 resultaram de três processos concluídos em 2018, 2019 e 2023. Os restantes são contabilizados em quatro casos individuais e cinco erros aparentes que impedem a categorização.

A lista de 41, no entanto, não funciona como um indicador do número de condenados. Segundo um [porta-voz do Tribunal de Justiça da Província de Cabo Delgado](#), Moçambique registou 122 condenações até Setembro de 2020, e 130 pessoas foram absolvidas. Muitos dos absolvidos eram do Processo n.º 32/2018. Contudo, a distribuição dos 41 casos ao longo dos anos sugere que o processo judicial abrandou consideravelmente. Não é possível determinar se isto se deve ao número limitado de detenções por parte da polícia e do Serviço Nacional de Investigação Criminal, aos atrasos na instauração de processos por parte do Director do Ministério Público ou à capacidade limitada do tribunal.

Os dados pessoais dos 41 fornecem algumas informações interessantes sobre a composição do grupo, pelo menos nos seus primórdios, indicando em particular uma rede de recrutamento geograficamente ampla nos primeiros dias do conflito. Para cada pessoa são indicados o idioma e o local de origem. A língua Mwani, falado principalmente no litoral da província, é a língua dada a 12 indivíduos, dos quais nove são oriundos de Mocimboa da Praia e os restantes de Palma ou Macomia. Uma característica surpreendente são os 19 falantes de Macua, a língua mais falada a norte do rio Zambeze. Destes, sete são provenientes de Macomia; dos restantes, cinco vêm de Nampula e um do Niassa. Os de Nampula estão listados como sendo de Mossuril (1), Nacala (2) e Memba (2). [Pesquisas](#) mais recentes de Salvador Forquilha e João Pereira indicam que Nampula e Niassa continuam a ser áreas em risco de recrutamento. Dentro de Cabo Delgado, outros locais de origem são Pemba, Montepuez e Namuno, no sul.

Seis tanzanianos também estavam na lista, um com Moçambique e três com Moçambique/Tanzânia listados como “residência permanente”. Este facto não é surpreendente. Embora as ligações da insurgência à Tanzânia sejam reais, os tanzanianos podem ser encontrados na maioria dos sectores de Cabo Delgado, um [legado](#) de gerações de comércio transfronteiriço e casamentos inter-regionais.

A idade das pessoas designadas também levanta a questão da idade de responsabilidade criminal. Assumindo que a idade indicada seja a atual, até cinco dos designados tinham menos de 18 anos quando os seus julgamentos começaram. Dezoito anos é amplamente considerada a idade internacionalmente aceita para alguém ser tratado como adulto. Contudo, ao abrigo do [código penal de 2019](#), esta idade continua a ser de 16 anos em Moçambique. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança deixa esta questão em aberto aos Estados-membros. Na Tanzânia, por exemplo, é fixada em 18 anos de idade.

Finalmente, as designações de Bonomade Machude Omar e Abu Yasir Hassan indicam uma vontade por parte das autoridades moçambicanas de seguirem o exemplo, e provavelmente o apelo, dos EUA e da UE. Ambos designaram estes homens como “terroristas”, embora não tenham sido designados pela ONU. O mesmo se aplica ao EI Moçambique, designado pelos EUA em [2021](#), e pela UE em [2023](#), mas ainda não pela ONU.

A Lei n.º 13/2022 confere ao gabinete do Procurador-Geral o poder de designar indivíduos ou organizações que se acredite estarem envolvidos em “terrorismo” por conta própria de Moçambique, em resposta a designações do Conselho de Segurança, ou a pedido de outras jurisdições. As listas divulgadas no mês passado contêm apenas dois números significativos, provavelmente incluídos a pedido de duas potências estrangeiras. A ausência de quaisquer outros números significativos sugere que ou a inteligência de Moçambique é fraca ou que tais designações têm valor prático limitado no contexto deste conflito.

## UM OLHAR SOBRE O DECRETO QUE REGE AS FORÇAS LOCAIS

*Por Tomás Queface, Cabo Ligado*

O Decreto [n.º 15/2023, de 14 de Abril](#), que legaliza as Forças Locais que operam em Cabo Delgado, foi finalmente tornado público em Julho, tendo sido inicialmente [aprovado](#) numa sessão do Conselho de Ministros moçambicano realizada nos dias 4 e 5 de Abril de 2023. Antes disso, a Assembleia Nacional abriu, em 15 de Dezembro de 2022, [o caminho](#) para a revisão da lei que rege as forças armadas moçambicanas, a Lei das FADM, e a legitimação das actividades das Forças Locais. O decreto de quatro páginas, que contém 14 artigos, esclarece questões relevantes relativas ao conceito de Forças Locais, sua activação e desactivação, composição, formas de aquisição e perda de filiação, bem como os seus direitos e deveres.

A publicação tardia do decreto, três meses após a sua aprovação, não foi coincidência. Durante este período, o governo moçambicano procurou completar o longo processo de desarmamento, desmobilização e reintegração dos combatentes da Renamo em Sofala, evitando a contradição de desarmar e armar simultaneamente a população. A última base da Renamo foi [encerrada](#) no dia 15 de Junho. O Presidente Filipe Nyusi [disse](#) na altura que o momento simbolizava “o escalar de mais um degrau no caminho para uma paz duradoura”.

Muito longe de uma paz duradoura está a província de Cabo Delgado, onde se espera que as Forças Locais, compostas por membros da comunidade, estejam activas nos esforços de contrainsurgência em curso. Antes da sua legalização, as Forças Locais operavam [de forma inconstitucional](#) desde cerca de 2018. O principal objectivo da sua legalização é permitir-lhes operar dentro da lei e beneficiar do apoio logístico do governo. De acordo com o decreto, as Forças Locais serão incorporadas na estrutura das FADM e

funcionarão sob a sua autoridade, mas caberá ao Ministério da Defesa activar e desactivar as Forças Locais e decidir sobre o número dos seus membros, sobre com base numa proposta do Estado-Maior General das FADM.

Qualquer cidadão de uma determinada comunidade onde a soberania esteja ameaçada pode integrar as Forças Locais, desde que seja conhecido pelas autoridades locais. Os membros também podem deixar as Forças Locais por vontade própria ou por meio de renúncia, morte ou desativação das Forças Locais. No que diz respeito às suas funções, as Forças Locais não farão mais do que já fazem: patrulhar, realizar vigilância e neutralizar as forças inimigas, tudo em estreita coordenação com as Forças de Defesa e Segurança (FDS). O governo fornece às Forças Locais apoio logístico, uniformes, armas, equipamento militar, subsídios, assistência médica, assistência funeral e pensões de invalidez. Após a desativação das Forças Locais, os seus membros passarão a receber subsídios por um período de 12 a 24 meses, dependendo do tempo de actividade.

O decreto não prevê formação ou triagem psicossocial de pessoas que queiram ingressar nas Forças Locais. Isto pode ser um problema no futuro. É de notar que a maioria dos que compõem as atuais Forças Locais são veteranos de guerra e têm alguma experiência militar. No entanto, não se sabe se eles estão cientes das leis da guerra e das regras de responsabilização pelas suas ações. O decreto estipula que as Forças Locais devem agir de acordo com a constituição moçambicana e respeitar os direitos humanos, e estarão sujeitas aos mesmos procedimentos e regulamentos disciplinares que as FADM. Resta saber, no entanto, se o governo moçambicano será capaz ou estará disposto a responsabilizar os membros das Forças Locais por casos de execuções extrajudiciais, violência sexual, detenções arbitrárias e maus-tratos de detidos.

A Human Rights Watch [criticou](#) a decisão do governo de legalizar "milícias não treinadas e aparentemente incontroláveis" e sugeriu que as forças armadas regulares se concentrassem em tornarem-se mais profissionais e respeitarem os direitos humanos. Outros [sugeriram](#) que os fundos atribuídos às Forças Locais seriam mais bem utilizados para reforçar a logística das forças armadas.

Em virtude da sua incorporação na estrutura das FADM, as Forças Locais são nominalmente apartidárias. No entanto, eles são altamente suscetíveis à influência partidária. A sua sede fica no distrito de Mueda, reduto da Frelimo, e a maioria são veteranos e membros da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, órgão do partido Frelimo.

Dada a capacidade limitada dos militares para fornecer segurança na vasta província de Cabo Delgado e a falta de profissionalismo dos militares, as Forças Locais podem ser fundamentais na defesa das comunidades, enquanto as forças regulares realizam operações ofensivas contra bases insurgentes. Contudo, se o Estado não conseguir manter o controlo militar, político e social sobre as Forças Locais, esta solução ad hoc poderá levar a outros problemas imprevisíveis no futuro.

## **VIOLÊNCIA CONTÍNUA IMPEDE DESLOCADOS DE REGRESSAREM A CASA**

*Por Armando Nhantumbo, Savana*

Os acontecimentos de Julho têm o potencial de abalar o regresso dos deslocados do distrito de Macomia, e zona sul de Mocímboa da Praia. Ataques bem orquestrados às tropas das FADM no distrito de Macomia demonstraram o poder que a insurgência mantém na área, enquanto os seus ataques a civis em Mocímboa da Praia são um lembrete da sua crueldade.

As forças de segurança também foram acusadas de incidentes contra civis. No dia 24 de Julho, um membro

das forças moçambicanas alegadamente violou uma menina que voltava para casa no distrito de Nangade. No dia 15 de Julho, tropas sul-africanas dispararam contra um cidadão em Ingoane, no distrito de Macomia, segundo fontes, incidente [fortemente negado](#) pela SAMIM.

Estes incidentes têm implicações para o regresso das pessoas deslocadas em pelo menos dois níveis. Primeiro, na zona costeira de Macomia, as pessoas que regressaram às suas aldeias tiveram de abandonar novamente as suas casas em busca de locais seguros. Em segundo lugar, algumas pessoas deslocadas que ainda vivem fora das zonas de conflito não regressarão às suas áreas de origem, enquanto incidentes como os de Julho continuam a ser relatados. Enquanto isso, aqueles que vivem em áreas relativamente calmas rezam para não reviver as mágoas do passado.

“As pessoas tinham começado a regressar às suas casas, mas foram-se embora porque viram que as coisas não iam bem. Começaram a regressar, um a um, à vila sede [de Macomia]. Alguns já estão a fazer casinhas aqui”, contou-nos um morador do bairro Anga A, na vila de Macomia.

Ele mostrou-se ainda mais preocupação com os relatos de baixas nas FDS. “Se as nossas forças estão a sofrer, mais cedo ou mais tarde, nós também sofreremos”, alertou. Mesmo residindo na vila sede, onde, nos últimos meses, não houve registro de ataques, ele manifestou preocupação com a recente onda de ataques. “A situação no litoral é assustadora, mas não podemos fazer nada”, disse, falando de pessoas que, mesmo diante da insegurança, tentam pescar para garantir a sua sobrevivência.

Ele salientou ainda a facilidade com que os insurgentes circulavam ao longo do litoral, ao ponto de comprarem produtos à população. “Isso não é bom porque se deixarmos que comprem coisas, estamos a criá-los. Quando vendemos alimentos, estamos a dar mais força a eles. Por isso, as FDS devem fazer tudo para que os insurgentes não cheguem à sociedade, porque quando o povo está em perigo, recebe qualquer um”, disse.

Outro morador do bairro Anga B, na vila de Macomia, também falou de deslocados que regressaram, depois de terem abandonado novamente as suas casas no litoral. “Quando aconteciam esses ataques, eles fugiam de lá para cá”, explicou. Disse que as aldeias entre Muchojo, Pequene e Quiterajo estão praticamente despovoadas, excepto os soldados e “aqueles ladrões”, como chamou os insurgentes.

Algumas pessoas já começaram a regressar ao litoral, disse, não tanto por se sentirem seguras, mas pelas dificuldades de viver longe das suas zonas de origem. “Alguns começaram a voltar para procurar comida”, disse ele. Mesmo morando na vila sede, ele expressou medo. “Claro, esses ataques são assustadores, mas o que você pode fazer?”

As notícias sobre os ataques de Julho em Cabo Delgado também complicaram os cálculos daqueles que pensavam um dia regressar a casa dos seus refúgios fora da zona de conflito. Um antigo comerciante da vila de Mocimboa da Praia, agora residente na cidade de Nampula, confirmou que estes incidentes mataram o desejo de muitos de regressar a casa. “Eu e minha família, por exemplo, estamos a tentar esquecer e ver se conseguimos nos estabelecer aqui mesmo”, explicou. Mas porquê esquecer uma terra que é a sua casa, perguntamos-lhe. “A situação lá ainda não é boa e, para quem sentiu isso na pele, como eu, não posso garantir que voltarei nos próximos três ou cinco anos”, disse.

Outro antigo morador da vila de Mocimboa da Praia, agora também residente na cidade de Nampula, manifestou desconforto com a actuação das tropas moçambicanas. “Ao contrário dos ruandeses, os nossos militares não nos tratam bem. Mesmo nas reuniões, a população diz que no dia em que os ruandeses partirem, nós também partiremos porque as nossas forças não têm amor pela população. A população está com medo”, afirmou, numa queixa que se tornou recorrente entre a população de Cabo Delgado.

# COMPREENDER AS ACTUAIS RELAÇÕES MOÇAMBIQUE-RÚSSIA

*Por Fernando Lima, Cabo Ligado*

A presidência de Filipe Nyusi tinha transformado as relações com a Rússia mesmo antes do início da guerra na Ucrânia. Agora, Moçambique a tirar partido do isolamento internacional da Rússia para obter mais concessões e apoio – incluindo, talvez, armas que os doadores ocidentais estão relutantes em fornecer.

A posição neutra de Moçambique relativamente ao conflito Rússia-Ucrânia, incluindo a abstenção nas votações na ONU, está a melhorar as relações com a Rússia, segundo diplomatas seniores em Maputo. Moçambique absteve-se três vezes em Nova Iorque de condenar a Rússia, e o Presidente Nyusi foi um dos 17 chefes de Estado que [participaram](#) na Cimeira Rússia-África em São Petersburgo no mês passado. Mas, de acordo com um dos seus conselheiros, a sua decisão de comparecer foi tomada no último minuto, face à forte pressão dos aliados ocidentais que apoiam o esforço de contra-insurgência de Moçambique em Cabo Delgado.

Embora descrevam as relações políticas e diplomáticas com a Rússia como “excelentes”, os diplomatas moçambicanos acreditam que também conseguiram explorar o isolamento internacional de Vladimir Putin, abrindo novas áreas de cooperação que não saíam das páginas e não eram colocadas em prática há anos.

Moçambique e Moscovo foram outrora aliados próximos, mas isso arrefeceu até à indiferença após o fim da União Soviética e a adopção de políticas de economia de mercado tanto em Moçambique como na Rússia na década de 1990. Embora ambos os países tenham passado por mudanças dolorosas, a Federação Russa insistiu no pagamento de uma enorme dívida militar relacionada com décadas de assistência no combate às ameaças da Rodésia, da África do Sul e, mais tarde, da Renamo, disse uma importante fonte diplomática ao Cabo Ligado. O governo moçambicano sustentou que a assistência militar não era uma questão comercial, mas sim uma herança da era da Guerra Fria, em que ambos os países faziam parte do mesmo bloco político. Segundo fontes da Cabo Ligado no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, também existiram problemas diplomáticos causados por um ex-embaixador em Moscovo, Bernardo Chirindza, que acabou no tribunal de Maputo acusado de desvio de fundos.

O Presidente Nyusi decidiu fazer uma visita de Estado à Rússia [em Agosto de 2019](#), a primeira viagem deste tipo desde que o Presidente Joaquim Chissano visitou a Rússia em 1987, antes do desmantelamento da União Soviética em 1991. A insurgência em Cabo Delgado estava a ter um impacto terrível no desenvolvimento da projectos de gás na bacia do Rovuma, e os doadores ocidentais congelaram a assistência ao orçamento do Estado moçambicano depois de o escândalo das “dívidas ocultas” ter sido [descoberto em 2016](#).

Nyusi conseguiu resolver a dívida pendente desde a era soviética, anunciando o perdão de 95% da dívida. Foi [acordado](#) transformar a dívida em projetos como a construção de escolas e hospitais, com a participação de empresas russas. Um desses projectos é a reabilitação do hospital José Macamo, nos arredores de Maputo.

No mês seguinte, em Setembro de 2019, um contingente de 200 homens chegou a Nacala para ser enviado para Cabo Delgado e combater a insurgência islâmica, aparentemente como parte de um entendimento feito com Vladimir Putin. O contingente veio do Grupo Wagner de Yevgeny Prigozhin, que também aconselhou a Frelimo na sua campanha para as eleições gerais daquele ano em Moçambique. Wagner venceu a concorrência de outras empresas militares privadas que ofereceram os seus serviços ao governo moçambicano para combater a insurgência em Cabo Delgado.

Mas a operação de contrainsurgência de Wagner enfrentou vários problemas, incluindo má coordenação com o exército moçambicano, que terminou em baixas causadas por “fogo amigo”. Mas diplomatas ocidentais também disseram a Cabo Ligado que, na altura, era inconcebível implementar uma cooperação militar formal com Moçambique enquanto uma força mercenária estivesse presente em Cabo Delgado. Isto também se teria aplicado à presença posterior do Grupo Consultivo Dyck da África do Sul, recrutado após uma série de grandes ataques perpetrados pelos insurgentes no início de 2020, que os levaram a tomar as capitais distritais de Quissanga, Macomia, Muidumbe e Mocímboa da Praia.

Diplomatas moçambicanos admitem que trazer o Grupo Wagner foi um erro, mas salientam que outra empresa sul-africana, a True North, tem trabalhado com a indústria do gás em Cabo Delgado após o ataque a Palma em Março de 2021. Formalmente, a empresa fornece manutenção das instalações da Área 1, enquanto prevalece a situação de 'força maior', mas dentro das suas fileiras, existem vários militares sul-africanos com experiência em missões em pontos críticos como o Afeganistão e o Iraque.

Não se sabe se a assistência letal foi discutida durante a viagem de Nyusi a São Petersburgo, em Julho deste ano, uma vez que, para além das reuniões formais de delegações sobre cooperação bilateral, houve um frente-a-frente apenas entre os dois presidentes. Moçambique insiste que precisa de armas para combater a insurgência, uma vez que a formação e a logística não são suficientes. Foi também mencionado que questões militares e de segurança foram abordadas enquanto Nikolai Patrushev [esteve em Maputo](#), em Julho, reunindo-se com a Ministra do Interior, Arsénia Massingue, e com o Director do Serviço de Inteligência e Segurança do Estado, Bernardo Lidimba. Patrushev é o secretário do Conselho de Segurança Russo.

Na frente do gás, a Rosneft e a Gazprom prometeram no mês passado envolver-se fortemente em Moçambique, apesar de algum cepticismo do lado moçambicano depois de as mesmas promessas terem sido feitas em 2019. Até uma proposta para fornecer o equipamento para o controverso gasoduto renascentista norte-sul foi apresentado. A diplomacia moçambicana está mais esperançosa de que seja encontrada uma solução para a dívida de 545 milhões de dólares ao banco VTB, emprestada pela empresa estatal MAM no âmbito da saga das “dívidas ocultas”. Em 2018, o CEO da VTB, Andrey Kostin, [apelou a mais negociações](#), mas desde então a VTB levou Moçambique a tribunal em Londres, alegando que lhe são devidos pelo menos 817,5 milhões de dólares.

Moçambique acredita que tem agora maior influência diplomática, “porque eles [a Rússia] estão isolados, e percebem que estão isolados, e precisam de avançar com os países que consideram amigos, especialmente em África”, disse um diplomata moçambicano envolvido nas conversações. disse. Outro diplomata sugeriu que há uma sensação crescente no continente africano de que “o que a Rússia fez foi uma invasão de um país soberano” e que a Rússia “não pode trazer África para os seus próprios problemas só porque está a oferecer alguns milhares de toneladas de cereais”. “Em privado, não chegámos ao ponto de chamar a acção russa de invasão, mas dissemos-lhes que somos amigos de ambos os lados do conflito e que deveriam procurar uma solução negociada”, disse uma fonte presente nas conversações em Saint. Petersburgo.

O Ministro dos Negócios Estrangeiros ucraniano, Dmytro Kuleba, esteve em Maputo [em Maio](#), onde disse que iria estabelecer uma embaixada permanente, após conversações com o Presidente Nyusi. Mas Moçambique ainda não está pronto para parar de jogar em ambos os lados, pois os seus diplomatas acreditam que há mais por vir da Rússia. “Eles [a Rússia] pensam grande, querem regressar, querem uma cooperação vantajosa para todos, gostam de pensar em projetos geoestratégicos”, disse uma fonte envolvida nas conversações mais recentes.



ZITAMAR  
NEWS



ACLED  
Bringing clarity to crisis

**mediaFAX**